

## Negros do Alto do Querosene: resistência e sociabilidade – Rio Paranaíba-MG

*Blacks from Alto do Querosene: resistance and sociability – Rio Paranaíba-MG*

**Marcelo José de Castro**

Graduando do curso de História (UNIPAM). e-mail: marcelocastrorpa@hotmail.com

**Paulo Sérgio Moreira da Silva**

Professor orientador (UNIPAM). e-mail: paulo@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Este trabalho surge como proposta de análise da comunidade Alto do Querosene, na cidade de Rio Paranaíba-MG. Busca-se mostrar a cultura local como forma de resistência do negro na cidade do interior de Minas Gerais, no Alto Paranaíba. Ante o debate levantado neste trabalho, ou seja, a resistência e a sociabilidade entre os descendentes de escravos do local, o artigo também percorre o campo historiográfico que passa por mudanças dentro do pensamento e da discussão sobre o negro durante a história do Brasil. A análise do trabalho ressalta o preconceito, a marginalização e a luta do negro em Rio Paranaíba-MG no final do século XIX e início do século XX. Essa marginalização é notada na comunidade do Alto do Querosene, ou simplesmente QZ. O resgate de sua memória se faz importante para compreender as diversas formas de resistência do negro, sujeito ativo da história.

**Palavras-chave:** Comunidades negras. Rio Paranaíba. Resistência negra.

**Abstract:** This work aims by analyzing the Alto do Querosene community, in the city of Rio Paranaíba-MG. The proposal is to show the local culture as a form of resistance of the blacks in the interior city of Minas Gerais, in Alto Paranaíba. Before the debate raised in this work, that is, the resistance and sociability among the slaves' descendants of the place, this article also traverses the field of historiography that undergoes changes within the thinking and discussion about the blacks during the history of Brazil. The analysis of the work highlights the prejudice, marginalization and struggle of the black in Rio Paranaíba-MG in the late nineteenth and early twentieth century. This marginalization is noted in the community of Alto do Querosene, or simply QZ. The rescue of his memory becomes important to understand the various forms of resistance of the black, active subject of history.

**Keywords:** Black Communities. Rio Paranaíba. Black Resistance.

---

### 1. Introdução

No final do século XIX, a palavra liberdade ganhou força no país. As ideias abolicionistas, a partir da independência dos Estados Unidos, geraram diálogos a respeito da alforria de negros em todo o Brasil. E como nos grandes centros urbanos do país, o interior também obteve seus pontos de debate, sobre o livramento não só do negro cativo, mas também do liberto.

Pensar e discutir a soltura do negro somente como cativo da escravidão seria um ponto em meio a muitos outros a serem discutidos. Será que o negro alforriado, em fins do século XIX, quando a escravidão já estava por um fio, até nos dias de hoje, conseguiu a verdadeira liberdade?

Sabemos que os negros, após a conquista de sua liberdade, fosse ela por alforria comprada, ganhada ou, por mais cômica que fosse, pela Lei do Ventre Livre (que libertava os nascidos até a data da lei), ou a do Sexagenário (que dava liberdade aos negros com mais de sessenta anos), entre outras possibilidades, como a fuga para quilombos, construíram suas alternativas de se libertar do cativo e ainda viriam outras lutas como a busca pela conquista de seu espaço dentro da sociedade.

A busca e a luta do negro por espaço e reconhecimento de sua liberdade tiveram vários resultados, desde organizações religiosas como festas e irmandades, até criação de comunidades próximas a vilas e cidades elitizadas da época. Hoje, muitas dessas vilas se encontram ligadas aos centros das cidades, onde começaram, como é o caso do Alto Querosene<sup>1</sup>, em Rio Paranaíba<sup>2</sup>. A chamada Rua dos Pretos<sup>3</sup>, apelidada assim por estar situada em meio a uma comunidade negra, chama a atenção pela sua rica cultura afro, ainda preservada pelas famílias que moram ali, ressaltando a memória e a resistência de sujeitos ativos na luta pela igualdade.

O QZ<sup>4</sup>, como é chamado hoje, traz à tona uma forma de resistência negra em meio a uma cidade elitizada. A memória existente ali, para negros que provavelmente em fins do século XIX começaram a se organizar em busca do reconhecimento de sua liberdade, traz marcos culturais que são preservados em histórias contadas em rodas de esquina pelos próprios moradores e em festas como a do Rosário e a do São Benedito, organizadas por eles.

Estes, após serem alforriados, basicamente eram banidos da sociedade branca da então Vila de São Francisco das Chagas do Campo Grande, vila que se tornaria Rio Paranaíba. As duas comunidades, que um dia foram separadas por uma porteira e uma cerca com fios de arame farpado, chamada de “a porteira do patrimônio”, dividindo a vila branca, elitizada, da pequena comunidade negra, hoje se fazem uma só em espaço físico e mostram a resistência do negro em Rio Paranaíba. Acrísio Rocha, em seu livro de poemas, descreve como era a porteira:

A cidade era cercada  
Com fios de arame farpado,

---

<sup>1</sup> Comunidade negra situada no centro da cidade de Rio Paranaíba, no bairro São Francisco. Nome dado pelo uso do querosene pelos negros para ascender seus lampiões.

<sup>2</sup> Cidade situada no Alto Paranaíba, interior de Minas Gerais. Sua socialização e organização foram iniciadas como comunidade por tropeiros que chegaram até a região almejando o garimpo e melhores condições de vida no rio Abaeté. Estes se acomodaram no distrito de Abaeté dos Mendes, antes chamado de Pouso Alegre, em 1757 provavelmente. Em 1763, já seria construída a primeira igreja da região no local onde, posteriormente, se organizaria a Freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande, em 1845.

<sup>3</sup> Rua Dona Maria Terta, principal rua do Alto Querosene.

<sup>4</sup> Abreviação dada pelos próprios negros à palavra que dá o nome a sua comunidade: Querosene.

Era pra proteger as ruas  
Do movimento do gado.

Tinha a porteira do patrimônio  
Que sempre estava fechada,  
Era o único acesso que tinha  
Para chegar e para sair (ROCHA, 2010, p. 13).

Nos anos finais da escravidão (1876 a 1888), a pacata Vila de São Francisco, no interior de Minas Gerais, ainda não respirava o ar abolicionista dos grandes centros urbanos do resto do país. Podemos notar isso pelo livro de registros civil do cartório, datado de 1876, da então vila de São Francisco. Nesse livro, eram registradas as cartas de compra e venda e de alforria dos escravos da vila. Para cada dez cartas de compra e venda, temos uma carta de alforria registrada no livro. Observamos então a diferença e a provável falta de importância dada pelos senhores de escravos da vila para com a liberdade de seus negros cativos.

Dessa forma, este trabalho buscará analisar a escravidão, as formas de resistência e a organização social dos negros na cidade de Rio Paranaíba. Buscar-se-á estudar os espaços de memória, bem como as práticas sociais de sociabilidade compartilhadas entre os mesmos.

## **2. Comércio de escravos em São Francisco das Chagas do Campo Grande (1876- 1881)**

Rio Paranaíba tem suas origens ainda no século XVIII. Sabe-se que a cidade se formou após a chegada de tropeiros e garimpeiros que vieram para a região, uns para fugir dos impostos cobrados pela coroa sobre o garimpo, outros para tentar uma vida nova nos sertões das gerais. Sabe-se que o garimpo não obteve resultados positivos por aqui; sendo assim, a produção agrícola – milho, feijão e café, no final do século XIX – e a pecuária foram tomando posição no movimento econômico da sociedade.

Segundo José Resende Vargas (Varguinhas), memorialista rio-paranaibano, como perto de São Francisco das Chagas do Campo Grande<sup>5</sup> passava uma picada rumo a Goiás, a vila passou a ser um entreposto de reabastecimento para viagem. Desse modo, com a posição estratégica da pequena vila para aqueles que trilhavam rumo a Goiás e Paracatu, São Francisco das Chagas do Campo Grande desenvolveu uma economia forte, pautada na produção de gêneros alimentícios para o abastecimento desses viajantes e também para os arraiais vizinhos que ao longo do tempo foram se formando (VARGAS, 1995).

Não existem indícios de que as primeiras famílias a habitarem a região tenham trazido com elas escravos. Porém, a presença do negro se confirma a partir de documentos existentes no cartório de registro civil da cidade. As cartas de alforria e de compra e venda de escravos, datadas de 1876 até 1881, nos provam que os negros, escravizados, tiveram seu espaço na sociedade da antiga Vila de São Francisco das Chagas do Campo Grande. Além das cartas, existem monumentos que remetem ao traba-

---

<sup>5</sup> Antigo nome da cidade de Rio Paranaíba.

lho escravo, como muros de pedra em volta da cidade, o muro do cemitério e até a escadaria da Igrejinha do Rosário<sup>6</sup> que, ainda conservados, trazem marcas da presença e do trabalho do negro escravizado na cidade.

O negro escravizado, possivelmente, teria chegado por essa região no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XVIII. Não existem documentos comprobatórios sobre a data certa, mas os indícios de suas marcas deixadas pela cidade, que ainda hoje estão preservados, dão margem para construir hipóteses a respeito da data de sua chegada.

A construção da Igrejinha do Rosário, a única construção e monumento histórico preservado da época, é datada de 1763, e suas escadarias talhadas em pedra nos mostram a marca do trabalho escravo. Devemos levar em consideração que o branco, no século XVIII, via o trabalho braçal como uma afronta a sua dignidade, e não seriam eles, os brancos fazendeiros, que iriam talhar as pedras. Cabe-nos aqui fazer uma análise das representações históricas presentes nos monumentos que retratam o período.

As cartas de compra e venda de escravos trazem uma série de informações a respeito do movimento dos negros escravizados, vistos como mercadoria pelos seus donos. Eram vendidos de acordo com sua estrutura. Algumas pessoas compravam escravos para deixar como presentes para os filhos ou porque os filhos eram menores de idade e não lhes era cabível fazer negócios. Assim é relatado em uma carta do ano de 1877, em que Emília Cândida de Jesus comprou uma escrava de nome Rosa por 700 mil contos de réis. A compradora fez a compra da escrava em nome de suas filhas que eram menores.

O mercado circulava dentro da própria freguesia, como foi a venda da escrava Rosa. Alferes Camillo Luís da Silva e Emília Cândida de Jesus, ambos moradores da freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande, firmaram o acordo de compra e venda da escrava. Essas cartas relatam algumas particularidades da escrava, como sua idade, sua naturalidade e seu número de matrícula. Rosa, a escrava, teria vinte e nove anos de idade, natural da própria freguesia, e foi matriculada na coletoria de Araxá em 11 de junho de 1872.

Além do mercado interno de escravos, havia também o comércio com moradores de outras regiões. O mercado também circulava com pessoas de fora da freguesia, como consta da carta de compra e venda da escrava Sabina, negócio realizado entre o Tenente Herculino José da Rocha, parte vendida, e Baeta Neves e seu irmão, parte compradora. Herculino José, como consta do documento, era morador da freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande, já Baeta Neves e seu irmão (cujo nome não é citado) eram residentes em Bonfim. Sabina era de cor preta, de treze anos de idade, solteira e filha de Anna. Tinha por matrícula o número 3259, na coletoria de Araxá, no dia 12 de setembro de 1872.<sup>7</sup>

Além das informações da escrava, também deveriam ser passados em cartórios os documentos referentes aos impostos (quinto) pagos ao coletor.

---

<sup>6</sup> Essa é a primeira igreja e símbolo católico da região. Sua primeira consagração é dada a São Francisco das Chagas. Após a construção da nova Igreja, em 1844, a antiga igreja é consagrada a Nossa Senhora do Rosário, devido à grande quantidade de negros existentes na vila.

<sup>7</sup> Informações tiradas do livro de registro civil dos anos de 1876 a 1881, de Rio Paranaíba.

[...] No. 9. Renda Provincial de Minas Gerais-1878 a 1879. A folhas do Caderno de receita fica debitado ao Colletor Francisco H. Da Silva, a importância de trinta e sete mil e quinhentos réis Rs. 37\$500, recebidas de Baeta Neves e irmão, pelo imposto de 5º (quinto) de N. D. Direitos, pela compra da escrava Sabina a Herculino José da Rocha, com o preço de 650\$000, Colletoria Municipal [...] 22 de Setembro de 1878. [...] <sup>8</sup> (VARGAS, 1995, pp. 126-127)

O comércio de escravos nessa freguesia era frequente. A mesma escrava que fora vendida pelo Tenente Herculino José da Rocha, no ano de 1878, fora comprada por ele cerca de um ano antes. Sabina havia sido comprada junto com sua mãe, em 1877, pelo mesmo tenente que a vendeu tempos depois. Antes, Sabina e sua mãe Anna teriam pertencido a João Evangelista dos Reis. Sabina, aos treze anos de idade, portanto, era vendida para outra região e separada de sua mãe. A quantidade de escravas mulheres que foram vendidas entre os anos de 1877 e 1878 nos chama a atenção. Entre as nove cartas de compra e venda analisadas, seis delas representavam e selavam a venda de escravas. Apenas três escravos homens foram negociados.

A presença do negro em Rio Paranaíba se justifica por seu trabalho braçal e também por este ser peça para comércio entre os anos do regime escravista. O comércio de escravos representa parte do movimento econômico da sociedade da vila nessa época. Como a economia da época era voltada basicamente para o campo, o trabalho escravo e a presença desses negros se deram, em grande quantidade, na área rural.

Devemos tomar o cuidado, ao analisar o negro, não só em São Francisco das Chagas do Campo Grande, mas também em todo o Brasil colonial e imperial. A historiografia já nos alerta sobre a presença do negro no Brasil. Ao longo dos anos, o negro foi visto como mera mercadoria e força de trabalho, sem pensamento próprio, como “coisa”, para usar o termo utilizado pela escola sociológica da USP nos anos 60 do século passado, tendo entre seus protagonistas Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, entre outros. Para esses, os escravos eram apenas “coisas”, objetos de mercado por parte de seus senhores. Não levavam em conta a sua estrutura enquanto ser ativo na história. Porém, a historiografia moderna nos mostra que o escravo não era somente uma “coisa”, peça de comércio, ou outras denominações que se dão ao negro escravizado (PERUSSATO, 2007).

A partir de 1980, ocorreu uma evolução nos estudos acerca do negro durante o regime escravocrata, sobretudo com os professores ligados à Unicamp, Sidney Chalhoub, Robert Slenes, Silvia Hunold Lara e outros autores. Esses historiadores passaram a analisar as experiências do negro e suas ações dentro da sociedade escravista. Notou-se, então, que o negro não era apenas uma coisa ou um sujeito sem ação, pautado nas ordens dos brancos e entregue às mãos de uma sociedade discriminadora.

Dentro dessa nova historiografia sobre a escravidão no Brasil, Chalhoub escreve *Visões da liberdade*, uma análise sobre registros jurídicos de escravos do século XIX no Rio de Janeiro que demonstram a percepção de consciência política do escravo como sujeito de uma sociedade escravocrata (CHALHOUB, 2011). Assim como Sidney Chalhoub, outros autores buscaram referência na nova historiografia marxista ou na escola

---

<sup>8</sup> Tradução retirada de Vargas, 1995, pp. 126-127.

social inglesa. E. P. Thompson seria o principal mentor dessa renovação na historiografia.

Silvia Hunold Lara, em seu artigo “Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, explica como podemos utilizar o autor inglês para compreender a sociedade escravista no Brasil. A autora resgata pesquisadores da historiografia escravocrata, costurando, dessa forma, as ideias centrais quanto à escravidão no Brasil às ideias do historiador inglês. Lara, porém, faz um alerta de que “é preciso observar, entretanto, que a aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão é essencialmente teórica (e política) e não prática” (LARA, 1995, p. 49).

Thompson ao escrever *Senhores e caçadores*, nos traz o conceito de experiência nos indivíduos reprimidos pela sociedade burguesa. O negro em sua trajetória mostrou sua experiência, explicada por Thompson, ao se organizar contra o sistema e a sociedade escravocrata da época, organização essa dada em formas de quilombos, comunidades afastadas, festas religiosas, irmandades, entre outros modos de resistência.

A ideia de experiência coloca o negro como dono de sua cultura, embora ele, muitas vezes, não fosse dono do espaço onde vivia, produzia, desenvolvia e consumia suas tradições culturais. Ele manejava o seu caminho em busca de espaço, conforme as possibilidades que eram a eles ofertadas. Eram eles atores e produtores de sua rotina, nem sempre fadados a ordens, mesmo após sua liberdade.

Nesse sentido, a negociação entre senhores e escravos era frequente. E mesmo após a abolição, o contato entre brancos e negros continuaria, agora não mais em um regime escravocrata, mas como forma de subsistência para os negros forros. Vários negros, ao serem libertos e não encontrarem espaço em meio à sociedade, continuariam a trabalhar nas fazendas de seus antigos senhores, sendo, assim, um regime “semiescravo”.

Em São Francisco das Chagas do Campo Grande, não foi diferente. Muitos continuaram trabalhando para fazendeiros em troca de moradia e comida. Sua relação com os brancos nesse momento era de parceria, o branco fazendeiro sedia uma parte de suas terras onde o negro poderia morar e cultivar. Parte de sua produção era dada aos donos do terreno, o resto ficava com o negro trabalhador. Essa era sua forma de subsistência.

A marginalização dos negros foi um processo do pós-abolição; enquanto escravos, os negros tinham seu espaço na sociedade. Após o 13 de maio de 1888, o negro perdeu seu lugar, que não era de destaque, mas garantia, mesmo que debaixo de chicotes e maus tratos, o seu espaço. Assim que chegou a abolição, o negro ganhou sua liberdade, mas perdeu seu lugar. A lei áurea trouxe o sonho da vida livre dos maus tratos dos senhores, do trabalho forçado, mas não garantiu a inclusão do negro na sociedade, colocando-o às margens e periferias de vilas e cidades.

### **3. Comunidade negra: espaço de memórias, vivências e resistência**

A história percorre os espaços mais profundos da memória de um povo. Esta é um documento que nos faz ir em busca do imaginário de tempos remotos. João Batista da Silva, professor e pesquisador rio-paranaibano, descreve que “lembrar é a ação da

memória no fascínio de exercitar a imaginação” (SILVA, *apud* BRASILEIRO, 2014, p. 31). As lembranças remontam às representações da história, fazendo com que possamos viajar pelo tempo e descrever os fatos.

Junto com a memória, a fonte oral percorre os campos da pesquisa histórica. A fonte oral marca as histórias e a cultura de um povo, e é por meio da memória que chegamos à oralidade dos fatos.

A História Oral é considerada como fonte identitária de um povo, capaz de retratar as realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais variadas sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas o resgata como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo (XAVIER, 2009, p. 2).

Desse modo, a história oral é a forma de descrevermos a cultura de povos marginalizados e excluídos, subalternos. A oralidade dá voz ao passado de pessoas discriminadas, homens e mulheres, que por razões diversas e históricas foram colocadas às margens da sociedade.

A história dos negros no Brasil geralmente é documentada pelos brancos, por meio de documentos de cartórios, cartas de compra e venda e de alforria. Pouco se conhece sobre sua cultura, suas formas de vida, a não ser pelo que é passado de pais para filhos a partir da oralidade. Histórias, tradições, músicas e costumes marcam a sobrevivência do negro no interior de Minas Gerais e no Brasil. Sendo assim, a história oral é a principal fonte de pesquisa para compreender o dia a dia daqueles que foram escravizados ao longo dos anos de Brasil colônia e império.

O Alto do Querosene é um local que mostra, através do tempo, a resistência e a luta do negro em Rio Paranaíba; luta por espaço, reconhecimento e dignidade humana. A força cultural remonta heranças da África, as quais são passadas de geração para geração. Sua luta mostra o sujeito histórico que o negro foi em Rio Paranaíba, não apenas um a mais na sociedade, o qual está entregue a um processo de exclusão e de submissão, mas são pessoas, homens e mulheres, que mesmo marginalizados produziram cultura e história.

Querosene é o nome que ficou gravado ao longo do tempo na comunidade rio-paranaibana. Por que querosene? Ou Alto do Querosene? “Querosene é porque ‘nóis’ usava ele pra ascender as lamparinas e ‘nóis’ ficava com aquele cheiro agarrado no cabelo, e também por causa da pinga, né? [...] Negada aqui gostava [...]”<sup>9</sup>. Assim respondeu um dos moradores da comunidade quando perguntado.

O nome Querosene dado a essa comunidade remete, portanto, ao uso do combustível para ascender as lamparinas das casas. Porém, o fato de esse combustível ser algo explosivo ao esquentar nos faz pensar em uma metáfora entre o nome dado à comunidade e a sua consciência política dentro da luta por reconhecimento de seus direitos. Querosene pega fogo fácil, explode fácil, semelhante aos moradores que residiam naquele lugar. Em tempos remotos, contam os moradores do QZ não podiam se mistu-

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada com moradores do local em 2016.

rar com o pessoal da vila. Era briga na certa. “[...] Não podia descer lá embaixo não. O pau cantava. E nem eles subiam pra cá... Teve um dia que uma turma aqui dos preto desceu lá na vila e arrumou um brigão [...] Eh! Nós’ num’ dava certo com eles não [...]”<sup>10</sup>.

Sendo assim, o nome Querosene descreve duas realidades dos negros em Rio Paranaíba. Primeiro, a falta de estrutura, uma vez que a rede elétrica, existente na cidade desde 1920, abrangia somente o centro da vila e, em segundo, nos faz pensar na resistência do negro, pessoa nervosa com o sistema presente na época. Por isso, quase tudo ou tudo se resolvia com brigas.

Para Slenes (2005, p. 18),

os escravos eram “testemunhos históricos”, insistia Nascimento, do sentimento de liberdade do negro e de suficiência no governo de sua luta antirracista dos negros então em curso, que visava conquistar “o lugar que moral e humanamente lhes corresponde no seio da sociedade brasileira”.

Slenes descreve o texto de *Quilombo*, revista de Abdias do Nascimento, de maio de 1949. Esse texto remete à consciência do negro em relação ao seu passado. Assim se faz entender o provável nome dado à comunidade negra rio-paranaibana: a sua consciência em meio a sua própria resistência frente ao reconhecimento pelos seus direitos.

Os negros do Querosene são descendentes de escravos forros, saíram das fazendas da região – Fazenda Donanas, Lambari, antiga fazenda do Barão de São Francisco – e eram trabalhadores nessas regiões. Após serem livres, continuaram trabalhando como meeiros nas terras. Alguns eram trabalhadores rurais, outros peões de boiada, e as mulheres eram lavadeiras. Não se sabe ao certo o motivo de virem habitar a região próxima da vila. Segundo Maria Marta Borges, Dona Mariinha, moradora da comunidade, vieram para próximo da vila para facilitar a vida, porém tinham suas casas na comunidade, mas continuavam a luta na roça.

Pelo o que se pode compreender, vieram parar próximo à cidade, porque já não os aceitavam mais nas fazendas. O medo dos fazendeiros de perder parte de suas terras para os negros trabalhadores fez com que eles fossem expulsos. A lei de usucapião dava direito de moradia àqueles que habitavam um pedaço de terra por determinado tempo. Com isso, os negros, moradores das roças, foram obrigados a procurar outro lugar. Essa seria a explicação provável para chegarem no alto do cerrado de São Francisco das Chagas do Campo Grande.

Os primeiros anos da comunidade tinham uma configuração de pobreza: casinhas eram de pau-a-pique; trilhas ligavam umas residências a outras; a água era buscada nas minas de água da região; a fonte do povo, pouco abaixo da Igrejinha do Rosário, era um dos pontos de encontro para lavar as roupas e buscar água para cozinhar e beber. Outro local era o buracão, um poço formado por um córrego que passa no fundo da cidade. Lá também se apanhava água e lavavam-se as roupas. Não existia infraestrutura, a água corria pelo cerrado, e não havia calçadas nem energia.

---

<sup>10</sup> Depoimento dado em entrevista com o Senhor “Nequinha” ou “Paneca”; morador do Alto do Querosene, em 2016.



Como aquele lugar, fora da porteira do patrimônio, era um cerrado extenso, os negros viram ali um local para habitarem e construírem suas vidas. Eles iam “chegando e entrando”, como disse Maria Marta, Dona Mariinha, moradora do local. Portanto, notamos que a invasão foi um meio de tomar posse do local. Naquele tempo, não se via dinheiro, a dificuldade era grande, eles trabalhavam em troca de comida. Um litro de farinha, fubá, manteiga: essa era a forma de pagamento.

A gente lavava roupa pra ganhar um litro de banha ou um tanto de canjiquinha pra comer de tarde. Era assim. Tudo era difícil, né? [...]. Eu levava a marmita pra minha mãe lá no buracão. Comia era quiabo, um angu de fubá e até o feto do porco a gente comia. [...].<sup>11</sup>

O Alto do Querosene se configurou com cerca de seis famílias: família dos Tezeza, Borges, Terto, Tiago<sup>12</sup>, Rael e os Pica-Paus. Essas famílias hoje se fazem praticamente uma só. Foram se casando uns com os outros e formando novas gerações. Todos engajados na essência cultural de sua resistência, a qual pode ocorrer mesmo sem que eles o saibam. Vem do ser, a cultura é uma forma de luta. Essas famílias, que hoje se fazem uma só, são engajadas nas festividades e tradições do Querosene. Uns mais, outros menos, mas todos participam e sabem da importância de se manterem vivas as tradições.

No Alto do Querosene, principal aglomerado de negros em Rio Paranaíba, apenas histórias e algumas tradições se preservaram. Das casas de capim e pau-a-pique, só existem lembranças, nada ficou de pé. O adobe foi trocado pela alvenaria, o chão batido das casas foi trocado pelo cimento encerado e depois por pisos, os caminhos e as trilhas que ligavam uma casa a outra, em meio ao cerrado, a partir do final dos anos de 1970, deram lugar ao asfalto. Os grandes quintais, adquiridos por meio de invasão nos primórdios da comunidade, foram divididos, muitos entre familiares. Dos tempos antigos da formação da comunidade, apenas a memória e algumas tradições se preservaram.

As melhorias e a história desse povo, que iria virar memória, passaram a mudar no fim dos anos de 1970. Ao assumir a prefeitura, Jaime Silva, em 1978, mudou o panorama da cidade. Trouxe o progresso e apagou tudo aquilo que não representava a modernidade no centro urbano. Na antiga vila, casarões foram ao chão, nada se preservou.

O casario, do qual quase nada se preservou, algumas fotos e lembranças nos remontam àquelas memoráveis construções. Restam as igrejas, signos do Catolicismo, presente desde o começo com os primeiros “moradores” que chegaram a essa terra para dar início a uma história de tantos contrastes (SILVA, *apud* BRASILEIRO, 2014, p. 32).

---

<sup>11</sup> Relato dado em entrevista, em 2016, por Rosarita Maria de Lima Marciano, moradora do Querosene.

<sup>12</sup> Estes hoje residem em Patos de Minas- MG.

No Alto do Querosene, não foi diferente. Ocorreram mudanças: foi levada a infraestrutura para a comunidade; a energia já havia chegado ainda no tempo do ex-prefeito Tiãozinho. Jaime Silva levou o asfalto, o esgoto; a cidade cresceu, foi planejada, e o Alto do Querosene se viu abraçado no ceio da cidade. O que ficou preservado por lá foram só as histórias e as lembranças. O antigo cerrado que habitaram, com seus casebres de adobe e os trilhos, se transformou em parte da comunidade urbana. Hoje, a rua Dona Maria Terta, ou a Rua dos Pretos, resume o que foi o Alto do Querosene até a década de 70 do século passado.

Além das melhorias na infraestrutura da comunidade, suas condições de vida também melhoraram. Natalício, antigo dono de uma cerâmica em Rio Paranaíba, foi instalar seu negócio bem à “cabeceira do Querosene”, como dizem os moradores. Foi então que eles, os negros, começaram a ter condições de trabalho e salários, não salários dignos, mas um pouco que, para eles, significava muito. Além do recebimento dos salários, doações de telhas e cerâmica melhoraram suas moradias. Foi então que as casinhas de pau-a-pique e adobe foram dando lugar a casas de alvenaria. Singelas, mas traziam maior segurança para os moradores.

### 3.1. Cultura e religiosidade: a dualidade do sincretismo no Alto do Querosene

O sincretismo é a mistura de elementos afros com a cultura religiosa cristã católica. No Brasil, essa configuração ficou marcada com a vinda de pessoas escravizadas. A Umbanda, religião afro-brasileira, é a mais rica em sincretismo. Os santos católicos são usados como representações dos orixás, “deuses” da mitologia africana. Essas representações são fortes em festas de irmandades de pretos, como a de São Benedito e a de Nossa Senhora do Rosário.

IMAGEM 1: Igrejinha de Nossa Senhora do Rosário – 1763 (ano de construção)



Fonte: Arquivo pessoal.

Os cantos, as danças e o batido de caixas retratam a cultura africana que, ao chegar ao Brasil, também se tornou brasileira e, em sua essência, mineira, uma vez que as festas de congadas são fortes nos confins de Minas Gerais, e é onde mais se difundiram. Sem contar, claro, na Bahia, com a festa do Senhor do Bonfim e a famosa festa da lavagem da escadaria da Igreja de São Francisco, na qual negras com vestidos brancos fazem o ritual de lavar a escadaria e demonstram suas apresentações ritualísticas da cultura afro.

Em Rio Paranaíba, essa cultura ficou mais evidente nas festividades dos santos católicos: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Os ternos de congado abrem o caminho da festa com música, dança e cantos.

Aio Viva; Viva!

Aio viva; Viva!

A Senhora do Rosário

A Senhora do Rosário<sup>13</sup>

A Festa do Rosário é uma das mais antigas tradições religiosas que misturam os elementos afros com a religião católica em Rio Paranaíba. Segundo João Batista da Silva, a festa e o congado têm suas origens na zona rural. Essencialmente, o terno de congo tem sua formação na “roça” e, com o passar do tempo, foi se instalar no Alto do Querosene.

As congadas de Rio Paranaíba têm suas origens e legado cultural remanescentes desse panorama socioeconômico, onde aqueles que levantaram seus Ternos trabalhavam e obtinham o sustento de suas famílias.

Em regiões rurais mais distantes do “Patrimônio” estavam as famílias que mantinham seus Ternos no meio rural. O Terno “Adoração” foi levantado por Chico Sara na localidade do “Capão da Paia”, e, posteriormente, ao se mudar com a família para a Fazenda Lambari, levou consigo a tradição do Terno. Na região do Glória, de nome “Catiuá”, Antônio Camarguinho organizou e levantou o Congo (SILVA, *apud* BRASILEIRO, 2014, p. 53-54).

A dança desses ternos durante a festa representava a força de sua cultura. O Congo, que veio se alojar no QZ, ainda hoje mostra suas características nas tradicionais festas do rosário de toda a região e até fora. Dos quatro ternos existentes, sobrou apenas o Congo. De tradições rurais, como escreveu João Batista, no início, dançavam de pés no chão e instrumentos artesanais, como caixas, reco-recos e cuíca que se somavam à sanfona e ao violão.

---

<sup>13</sup> Verso cantado pelo terno Congo Sereno de Rio Paranaíba- MG, Capitão Dondico. Os versos do Congo – terno de congada presente no Alto do Querosene – são repassados de geração em geração. Alguns versos devem beirar seus 100 anos. Podem ocorrer variações de um capitão para outro em determinado tempo.

IMAGEM 2: Terno de Moçambique em Rio Paranaíba - Décadas de 1950-1960



Durante as comemorações, é possível ouvir cantos de resistência, que demonstram o conhecimento histórico dos antepassados desse povo. Com a licença poética dada aos capitães que montam seus versos e também os herdamos de gerações passadas, notamos a relação entre festa, negros, escravidão, resistência e liberdade.

No antigo Testamento  
No antigo testamento  
A Caroba era Torta  
A Caroba era Torta

As criança era vendida  
As criança era vendida  
Em troca de um “gainho” de flor  
Troca de um “gainho” de flor<sup>14</sup>

A Festa do Rosário se torna referência de resistência desse povo. Existem tradições que teimam em existir ao longo do tempo. O reinado, o coroadado, o cortejo dos ternos, Moçambique – que não é o tradicional Moçambique do finado Chico Sara – e Congo Sereno fazem da festa uma atração que perpassa o tempo e marca a memória daque-

---

<sup>14</sup> Verso do saudoso capitão Dondico, do Congo Sereno. Existem variações nos versos. Atual capitão Pelé, irmão de Dondico, varia o verso. “Ah no tempo da escravidão/ No tempo da escravidão; A caroba era torta/ a caroba era torta”; “Nego comia no cocho/ nego comia no cocho; Agora come na mesa/ agora come na mesa”.

les que a prestigiam. Talvez esse seja um dos únicos momentos em que percebemos a integração da comunidade negra e a sociedade branca em Rio Paranaíba.

O quadro do reinado, no qual, durante a procissão, são levados o coroadado da festa, reis perpétuos e rei e rainha congo, além do padre que, algumas vezes, aparece dentro do quadro, é uma espécie de trono real. É o momento em que os reis negros são mostrados a toda comunidade, com suas capas e coroas enfeitadas. É nesse momento que notamos a forma de se mostrar e resistir dos negros. Reis negros imitam as cortes europeias e são cortejados por música e dança. Essa é uma forma de fazer um contraponto entre o oprimido, no caso o escravo, e o opressor, os senhores de escravos.

IMAGEM 3: Foto da década de 1950-1960, Reinado do Rosário dentro do quadro



Um dos espaços da cultura e da religiosidade, além da Festa do Rosário, que misturam elementos afros com a moral cristã é a existência de um terreiro de umbanda. Existiu e permaneceu junto à comunidade. Não se sabe o motivo de ter acabado, porém a crença permanece. Fazendo o contraponto com o terreiro, as rezas de ofício a Nossa Senhora, o terço e as ladainhas eram pontos que representavam a dualidade entre a África e a Roma europeia com sua cultura cristã.

As rezas eram pontos de encontro. A casa de Dona Maria Terta era o principal foco das orações. Ali se rezava, comia e bebia. Os chás de ervas preparados por ela e pelas mulheres, também moradoras do local, chamavam a atenção. Dona Maria Terta era a moradora viva mais velha naquela época. “Ah, ela era a moradora mais véia, né?”

Antigamente o povo rezava muito aqui, agora que o povo desanimou tudo! Isso aqui quase toda noite rezava. Ofício o terço [...]”<sup>15</sup>, assim relatou um morador da comunidade.

Dona Maria Terta, já falecida, era uma espécie de matriarca, benzedeira e parteira da comunidade. Sua casa era referência para o encontro dos negros. Durante o mês de junho, havia a fogueira de São João, ali se rezava, fritava pipoca para as crianças e distribuía o chá e também o café.

Além das orações e devoções, as cantigas de roda, cantadas durante o trabalho, nas bicas de água e nos poços onde se lavam as roupas, eram a marca do dia a dia e da cultura desse povo. Sem o mínimo conhecimento musical, as mulheres, jovens e senhoras cantavam e demonstravam a força da tradição cultural dos negros, representada nas cantigas cantadas por elas. Os espaços da cultura popular são ricos no meio do Querosene.

O Alto do Querosene era apenas um local de aglomerado negro em meio a outros existentes na vila. A marginalização destes se deu em toda São Francisco das Chagas e depois Rio Paranaíba. Havia negros espalhados pelos cantos da cidade, mas era no Alto do Querosene o ponto de encontro de todos. Ali era o lugar onde se difundia a cultura, organizava a festa do reinado do Rosário, cantava e dançava. Portanto, o QZ, como hoje é chamado pelos moradores mais novos, foi o local de encontro e de difusão da cultura negra na cidade.

#### 4. Conclusão

O Alto do Querosene é rico em cultura popular. Os espaços da memória se revestem de clareza e emoção ao se questionar essa fonte, que é a forma de contar as histórias daqueles que estão marginalizados e excluídos. Hoje, existe uma integração entre espaço urbano e Querosene, porém o que fica da liberdade desses moradores?

O problema do pós-abolição para os negros é algo tangível ainda hoje. O preconceito e a discriminação racial se juntam à discriminação social, algo relevante em todo o país. O QZ não tem sua realidade e história contadas diferente; é um ponto de fuga para descendentes de escravos que foram marginalizados pela história.

A liberdade destes ficou a cargo do tempo, e sua integral realização não aconteceu. Foi possível notar a venda da mão de obra durante os anos iniciais da formação da comunidade. Pessoas, homens e mulheres se vendiam por barganha de comida, sem salários dignos, sem infraestrutura de moradia. Essa é uma realidade que assolava os negros do Querosene e, lógico, pessoas pobres de toda a região.

A alforria, podemos notar, veio no papel, porém, na dignidade humana, ficou a cargo de senhores, de fazendeiros, de brancos e da elite, em todo o Brasil. Em São Francisco das Chagas do Campo Grande, a realidade não se diferenciou. Negros forros não foram aceitos dentro da sociedade branca e elitizada à época e se viram colocados às margens. E nessas margens, encontraram o lugar de produzir e consumir sua cultura.

---

<sup>15</sup> Depoimento dado em entrevista com o Senhor “Nequinha” ou “Paneca” e Dona Mariinha, moradores do Alto do Querosene, em 2016.

O Alto do Querosene foi uma das tantas comunidades negras marginalizadas. Em São Francisco, houve outros locais de segregação do negro, porém o Querosene foi o ponto de encontro desses outros locais. As festas, as rezas e a sociabilidade entre eles marcaram a integração da raça em Rio Paranaíba nos idos de seu início.

Hoje, a comunidade se encontra no seio do centro urbano de Rio Paranaíba, já convive com brancos, que foram chegando e se assentando no QZ. Segundo moradores, “ainda existe o preconceito racial” e, para tentar diminuir o problema, em 2000, foi criado o movimento da “Consciência Negra”, o qual busca o reconhecimento da sociedade para com o negro. Este funciona de forma simples, faz eventos no dia 20 de novembro<sup>16</sup> e busca resgatar e preservar a cultura deles.

A referência principal do Alto do Querosene é a Festa do Rosário, que é hoje o maior traço de cultura e de resistência da comunidade. É na festa que eles se mostram à sociedade e interagem com ela, ali eles se revestem de prazer e orgulho e realizam o seu principal evento. Na atualidade, sua luta é somente contra o preconceito e a discriminação. A realidade é bem diferente das décadas iniciais da comunidade. Já existe infraestrutura para moradia, os jovens têm oportunidade de estudo superior, os muito mais velhos, diferentemente dos tempos da troca de mão de obra por farinha, fubá e manteiga, trabalham em fazendas na zona rural da cidade.

A resistência no Alto do Querosene mostrou-se de forma discreta. A cultura e suas configurações são a principal referência de luta política existente ali. Constroem-se estereótipos de pessoas próximas da comunidade, porém, mesmo com a discriminação, os moradores e descendentes da comunidade se mostram fortes na resistência. Sua cultura, hoje, não se difunde da mesma forma de outrora entre os mais jovens, mas mesmo assim, estes se colocam à disposição de sua história e das memórias existentes na comunidade.

Enfim, os negros, ao virem da África, se adaptam e inventam seus espaços. Seus costumes, suas tradições e seus modos de viver transpassam o tempo, de local para local. Em toda Minas Gerais e Brasil, as diversas comunidades, formadas aqui e ali, se adaptaram ao local destinado a elas. Marginalizadas, vítimas da discriminação e preconceito, organizam-se entre si.

Os cantos, as danças, as rezas, as adorações e a religiosidade entre eles se transformam em resistência e demonstração de cultura, rica em essência. E no Alto do Querosene, no interior de Minas Gerais, de forma singela e sem fazer grandes alardes, como Ambrósio e seu quilombo ou outras tantas comunidades negras pelo país, os negros, descendentes de escravos, livres e libertos, também produziram, lutaram e viveram seus costumes, mostrando à sociedade suas resistências e lutas políticas contra o preconceito e os problemas gerados no pós-abolição.

---

<sup>16</sup> Dia da Consciência Negra (Zumbi do Palmares).

## Referências

BRASILEIRO, J. *Memórias do Reinado do Rosário- Rio Paranaíba – MG*. Aline Editora e Artes Gráficas Ltda., 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo (12):43-56, 1995.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira. *Spartacus: Revista Eletrônica dos Discentes de História*. UNISC, 2007.

ROCHA, Acrísio da Silva. *Poema – Rio Paranaíba, Minha Saudade*. Sem referência editorial. 2010, p. 13.

SLENES, Robert W. O escravismo por um fio? Introdução, *in*: GOMES, Flavio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séc. XVIII-XIX)*. São Paulo: Ed. Polis/Unesp, 2005.

VARGAS, José Resende. *Rio Paranaíba: história e estórias da Terra de São Francisco das Chagas do Campo Grande*. Uberlândia: Gráfica e Editora Impresso, 1995.

XAVIER, A. R. A importância da história oral como fonte identitária de um povo. *Webartigos*, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-historia-oral/20853/>>. Acesso em: out. 2016.